

General Water S.A e Controladas.

Demonstrações Financeiras individuais
e consolidadas referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores, Administradores e Acionistas da
General Water S.A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da General Water S.A (“Empresa”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da General Water S.A, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeira individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC nº 1 SP 218398/O-1

GENERAL WATER S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
			(Não auditado)		(Não auditado)				(Não auditado)		(Não auditado)
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	220	1.802	8.727	11.614	Fornecedores	8	184	47	2.539	1.534
Aplicações Financeiras	4	2.337	-	14.872	20.060	Arrendamento mercantil	9	-	-	599	651
Contas a receber de clientes	5	-	-	13.033	10.764	Empréstimos e financiamentos	10	-	4.894	-	4.894
Despesas antecipadas		180	3	434	105	Obrigações trabalhistas	11	-	-	2.277	1.765
Impostos a recuperar		-	5	-	5	Obrigações tributárias	12	26	12	3.173	2.498
Outros ativos		-	-	2.127	102	Outras obrigações		-	-	65	104
Adiantamentos		29	-	1.033	1.237	Dividendos a pagar		3.290	5.573	3.290	5.573
Total dos ativos circulantes		2.766	1.810	40.226	43.887	Total dos passivos circulantes		3.500	10.526	11.943	17.019
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Partes Relacionadas	13	-	2.090	-	-	Arrendamento mercantil	9	-	-	4.801	4.834
Outros créditos a receber		3	485	52	205	Partes relacionadas	13	3	3.500	-	-
Investimentos	6	114.222	109.403	-	-	Obrigações tributárias	12	4	8	740	289
Imobilizado	7	603	500	91.710	78.591	Provisão para demandas judiciais	14	-	-	34	122
Intangível	7	143	158	2.106	2.274	Total dos passivos não circulantes		7	3.508	5.575	5.245
Total do ativos não circulantes		114.971	112.636	93.868	81.070	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	15.1	84.207	84.207	84.207	84.207
						Reserva legal	15.2 a	8.171	6.463	8.171	6.463
						Reserva de lucros	15.2 b	21.852	9.742	21.852	9.742
						Total do passivo		114.230	100.412	114.230	100.412
						Participação dos não controladores		-	-	2.346	2.281
								-	-	-	-
TOTAL DOS ATIVOS		117.737	114.446	134.094	124.957	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.737	114.446	134.094	124.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
RECEITA LÍQUIDA	16	-	-	93.147	63.756
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS	17	-	-	(36.711)	(30.619)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.436</u>	<u>33.137</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	18	(151)	-	(1.831)	(1.457)
Gerais e administrativas	18	(917)	(617)	(6.704)	(5.353)
Com pessoal	18	-	(34)	(4.747)	(4.106)
Equivalência patrimonial	6	34.997	15.341	-	-
Outras receitas (Despesas) operacionais	19	27	(6)	815	(304)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>33.956</u>	<u>14.684</u>	<u>43.969</u>	<u>21.917</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	20	519	164	3.451	1.240
Despesas financeiras	20	(145)	(330)	(768)	(966)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>34.330</u>	<u>14.518</u>	<u>46.652</u>	<u>22.191</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
(-) IR e CS - Correntes	21	(168)	(42)	(11.349)	(8.439)
(-) IR e CS - Diferidos	21	4	-	(376)	1.030
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>34.166</u>	<u>14.476</u>	<u>34.927</u>	<u>14.782</u>
Acionistas controladores		34.166	14.476	34.166	14.476
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>761</u>	<u>306</u>
Lucro por ação		<u>46,56</u>	<u>13,69</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	34.166	14.476	34.927	14.782
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>34.166</u>	<u>14.476</u>	<u>34.927</u>	<u>14.782</u>
Acionistas controladores	34.166	14.476	34.166	14.476
Acionistas não controladores	-	-	761	306
	<u>34.166</u>	<u>14.476</u>	<u>34.927</u>	<u>14.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	(Prejuízos) acumulados	Total controladora	Participação dos não controladores	Total controladora
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - '(Não auditado)		84.207	5.739	7.148	-	97.094	2.281	99.375
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.476	14.476	306	14.782
Destinação:						-		
Reserva legal	15.2 a		724		(724)	-	-	-
Reserva de lucros	15.2 b			7.021	(7.021)	-	-	-
Dividendos obrigatórios	15.2 c				(2.387)	(2.387)	-	(2.387)
Dividendos intermediários	15.2 c				(4.344)	(4.344)	-	(4.344)
Dividendos distribuídos para não controladores					-	-	(4.733)	(4.733)
Ganho ou (Perda) de transação entre sócios	15.2 c			(4.427)	-	(4.427)	4.427	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - '(Não auditado)		84.207	6.463	9.742	-	100.412	2.281	102.693
Lucro líquido do exercício		-	-	-	34.166	34.166	761	34.927
Destinação:								
Reserva legal	15.2 a	-	1.708	-	(1.708)	-	-	-
Reserva de lucros	15.2 b	-	-	22.458	(22.458)	-	-	-
Dividendos distribuídos	15.2 c	-	-	(7.170)	-	(7.170)	-	(7.170)
Dividendos obrigatórios	15.2 c	-	-	-	(8.114)	(8.114)	-	(8.114)
Dividendos intermediários	15.2 c	-	-	-	(1.886)	(1.886)	-	(1.886)
Dividendos distribuídos para não controladores		-	-	-	-	-	(3.874)	(3.874)
Ganho ou (Perda) de transação entre sócios	15.2 c	-	-	(3.178)	-	(3.178)	3.178	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		84.207	8.171	21.852	-	114.230	2.346	116.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GENERAL WATER S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021 (Não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		34.166	14.476	34.927	14.782
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial		(34.997)	(15.341)	-	-
Depreciação e amortização		17	1.550	12.408	12.366
Juros provisionados		143	326	(596)	212
Arrendamento provisionado		-	-	1.458	1.112
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa		-	-	301	141
Provisão para demandas judiciais		-	-	(88)	(89)
Rendimento de aplicação financeira		(49)	-	(1.400)	(1.888)
Baixa de ativo imobilizado		-	-	5.322	580
Participação dos não controladores		-	-	-	235
Imposto de renda e contribuição social		165	42	11.725	7.409
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(2.570)	7.925
Adiantamentos		(29)	-	826	(563)
Despesas antecipadas		(177)	-	(329)	(54)
Impostos a recuperar		5	4	5	(5)
Outros ativos		482	8	(1.872)	751
Fornecedores		137	36	1.005	371
Arrendamento mercantil		-	-	(1.195)	(977)
(-) Juros sobre arrendamento mercantil		-	-	391	375
Obrigações trabalhistas		-	(1)	512	391
Obrigações tributárias		(109)	(24)	(496)	(470)
Outras obrigações		-	(158)	(39)	3.414
Imposto de Renda e contribuição social - Pagos		(45)	(6)	(10.104)	(7.504)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(291)</u>	<u>912</u>	<u>50.191</u>	<u>38.514</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicação financeira		(2.289)	-	6.588	(7.492)
Aumento de capital em investida		(2.000)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em investida		(4.000)	-	-	-
Venda de ativo imobilizado		-	-	371	-
Investimentos		-	150	-	-
Recebimento de dividendos		33.000	-	-	-
Aquisição de Imobilizado		(105)	(1.522)	(31.052)	(15.921)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>24.606</u>	<u>(1.372)</u>	<u>(24.093)</u>	<u>(23.413)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos pagos		(4.584)	(143)	(4.584)	(143)
Juros pagos		(453)	(316)	(453)	(1.130)
Partes relacionadas		(1.407)	(2.090)	-	-
Dividendos pagos		(19.453)	(3.579)	(23.948)	(11.862)
Caixa líquido proveniente das (Aplicado nas) atividades de financiamentos		<u>(25.897)</u>	<u>(6.128)</u>	<u>(28.985)</u>	<u>(13.135)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.582)</u>	<u>(6.588)</u>	<u>(2.887)</u>	<u>1.966</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.802	8.390	11.614	9.648
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		220	1.802	8.727	11.614
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.582)</u>	<u>(6.588)</u>	<u>(2.887)</u>	<u>1.966</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		-	-	-	-

GENERAL WATER S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A General Water S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade de capital fechado constituída em 09 de outubro de 2000 com sede na cidade de São Paulo – SP e tem por objeto social a captação, tratamento e distribuição de águas, participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior, e administração de bens e negócios. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas, o benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

Pandemia COVID-19

A General Water S.A. e suas controladas continuam acompanhando os efeitos e riscos da pandemia da COVID-19 nas economias local e global, envida dos esforços necessários para preservação de emprego e contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança dos seus profissionais e clientes. A Administração informa que não houve impactos relevantes nas operações da Companhia em 2022 em razão deste evento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração, consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (a) determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Entidades Controladas	Participação - %	
	2022	2021
General Water Águas Ltda.	98,30	98,30
General Water Saneamento Ltda.	97,38	97,38
Águas de Porto Feliz Ltda.	100,00	100,00
General Water Sistemas Brasil Ltda.	99,66	99,37

General Water Águas Ltda. (“GWA”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 03 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de água, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”) próprias alocadas em seus clientes. Além de sua atividade principal oferece como atividade secundária o tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis, através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”), também próprias alocadas em seus clientes.

General Water Saneamento Ltda. (“GWS”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 03 de maio de 2010, tem por objeto social específico o tratamento e purificação de águas servidas (esgotos e efluentes). A GWS através da construção e operação de Estações de Tratamento de Esgoto (“ETE”) próprias alocadas em seus clientes, objetiva a prestação de serviço de tratamento de esgoto sanitário para efeito de reuso com fins não potáveis. Além de sua atividade principal, oferece como atividade secundária a prestação de serviços de tratamento, purificação e distribuição de água potável através da construção e operação de Estações de Tratamento de Água (“ETA”), também próprias alocadas em seus clientes.

Águas de Porto Feliz Ltda. (“APF”), empresa limitada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na cidade de Porto Feliz - SP, foi constituída em 17 de setembro de 2009, tem por objeto social específico a captação, tratamento e distribuição de água. A APF objetiva a captação tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz – SP. Os serviços são regulamentados e formalizados por meio do contrato de concessão pública de nº 011/2008 – Processo 195/2006 de 09 de maio de 2008, decorrente da concorrência pública de nº 01/2008 do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Porto Feliz (SAAE) pelo prazo de 240 meses.

General Water Sistemas Brasil Ltda. (“GWBR”), empresa limitada com sede na cidade de São Paulo - SP, foi constituída em 19 de dezembro de 2018, tem por objeto social específico a atuação fora do Estado de São Paulo na prestação de serviços de tratamento e purificação de água e esgoto (esgotamento sanitário), inclusive para efeito de reuso para fins não potáveis, através da construção e operação de ETA’s e ETE’s próprias alocadas em seus clientes .

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Sociedade é o Real Brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Uso de estimativa e julgamento

Julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem:

a) Tributos

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PRODUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Companhia;
- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Companhia;
- Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Companhia adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Vale mencionar que o estudo da perda esperada resultou em valores imateriais em função da qualidade da carteira de clientes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a metodologia de cálculo das perdas de créditos esperada era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Companhia realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas de créditos esperadas, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Companhia atende ao modelo de perda de crédito esperado e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas de créditos esperada.

3.4. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6. Arrendamento

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3.7. Investimento em controlada

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado no balanço individual da controladora pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da controlada, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional.

3.8. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração não identificou indicativos de “impairment” que pudessem gerar perdas do valor registrado.

3.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

3.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

3.11. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) – correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil por ano e 9% de CSLL).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.12. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes.

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Com a adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Companhia passou a reconhecer a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.14. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações, durante o período correspondente ao resultado.

A Companhia não possui títulos conversíveis em ações que pudessem ter efeito de diluição.

3.15. CPC novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Sociedade não adotou as CPC novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	Descrição
CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020)	Contrato de seguros
Alterações à CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) (alterações) Alterações ao CPC 26 (R1)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou Joint Venture Referência à Estrutura Conceitual
Alterações ao CPC 15 (R1)	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido

Norma ou interpretação	Descrição
Alterações ao CPC 26 (R1)	Contabilização de receita antes do uso pretendido de um ativo
Alterações CPC 26 (R1) Declaração da Prática	Divulgação de Políticas Contábeis
Alterações CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações CPC 32	Definição de Estimativas Contábeis Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Caixa e Bancos (i)	220	1.802	8.727	11.614
Aplicação financeira (ii)	2.337	-	14.872	20.060
Total	<u>2.557</u>	<u>1.802</u>	<u>23.599</u>	<u>31.674</u>

- i. A fim de manter o controle de risco e disponibilidade operacional para compromissos imediatos, a Administração mantém em caixa e equivalentes de caixa, aplicado a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a quantia necessária para cobrir as obrigações de curto prazo.
- ii. O excedente de caixa é destinado estrategicamente para aplicação financeira de liquidez imediata, com baixo risco de crédito e volatilidade de mercado.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Clientes	13.202	11.234
Perdas de crédito esperadas	(169)	(470)
	<u>13.033</u>	<u>10.764</u>

A composição por vencimento das contas a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
A vencer	12.800	10.813
Vencidos:		
entre 1 e 30 dias	152	251
entre 31 e 60 dias	54	124
entre 61 e 90 dias	114	42
acima de 90 dias	82	4
Total	13.202	11.234

Em relação aos recebíveis de clientes do mercado privado, a Administração da Companhia entende não ser necessário a constituição de provisão para Perdas Esperadas de Crédito (“PEC”), não havendo, portanto, o reconhecimento deste efeito nas presentes demonstrações contábeis para o referido canal. Para o segmento do setor público, foi realizada uma estimativa, de forma a minimizar a exposição a risco em relação a estes montantes.

6. INVESTIMENTO

As informações relativas ao investimento em suas controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são conforme quadro abaixo:

	Patrimônio	Resultado	Participação - %		Saldo do investimento		Resultado de	
	Líquido)	do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	equivalência patrimonial	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2022		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)
GWA	36.159	14.080	98,30%	98,30%	35.544	50.833	13.840	5.495
GWS	64.428	19.865	97,38%	97,38%	62.738	50.327	19.344	8.775
APF	3.572	1.939	100,00%	100,00%	3.572	1.629	1.939	112
GWBR	12.409	(126)	99,66%	99,51%	12.368	6.614	(126)	959
	<u>116.568</u>	<u>35.758</u>	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>	<u>114.222</u>	<u>109.403</u>	<u>34.997</u>	<u>15.341</u>

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Descrição	Taxa de depreciação (%)	Consolidado			
		Custo de aquisição	2022		2021
			Depreciação Acumulada	Líquido	(Não auditado) Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	4.582	(1.010)	3.572	3.852
Ativo de direito de uso	-	7.486	(2.557)	4.929	5.123
Computadores e Periféricos	20	566	(232)	334	185
Máquinas e Equipamentos	10	2.143	(1.410)	733	896
Móveis e Utensílios	10	288	(111)	177	162
Software	20	552	(299)	253	234
Aparelhos de telefonia	20	66	(5)	61	1
Veículos	20	3.448	(2.152)	1.296	896
Máquinas e Equipamentos em construção	n.a	13	-	13	13
Terrenos		20	-	20	20
Ágio na aquisição de investimentos		113	(37)	76	87

	Taxa de depreciação (%)	Consolidado			
		2022		2021	
		Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Líquido	(Não auditado) Líquido
Imobilizado em formação	n.a	11.889	-	11.889	22.112
Estação de tratamento de água	10	58.148	(34.197)	23.951	21.633
Estação de tratamento de reuso	10	72.668	(26.156)	46.512	25.651
Total		<u>161.982</u>	<u>(68.166)</u>	<u>93.816</u>	<u>80.865</u>

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2021				
	(Não auditado)	Adições	Baixas	Transf.	2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.020	252	(2.690)	-	4.582
Ativo de direito de uso	6.802	684	-	-	7.486
Computadores e Periféricos	667	243	(344)	-	566
Máquinas e Equipamentos	2.440	92	(389)	-	2.143
Móveis e Utensílios	534	43	(289)	-	288
Software	933	162	(544)	-	551
Aparelhos de telefonia	-	66	-	-	66
Veículos	2.907	809	(268)	-	3.448
Máquinas e Equipamentos em construção	13	-	-	-	13
Terrenos	20	-	-	-	20
Ágio na aquisição de investimentos	113	-	-	-	113
Imobilizado em formação	22.112	22.981	(5.693)	(25.908)	13.492
Estação de tratamento de água	50.936	131	(1.874)	7.940	57.133
Estação de tratamento de reuso	49.770	5.589	(1.246)	17.968	72.081
Total	<u>144.267</u>	<u>31.052</u>	<u>(13.337)</u>	<u>-</u>	<u>161.982</u>

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2021 (Não auditado)			
	Adições	Baixas	2022	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.169)	(531)	2.690	(1.010)
Ativo de direito de uso	(1.678)	(879)	-	(2.557)
Computadores e Periféricos	(482)	(94)	344	(232)
Máquinas e Equipamentos	(1.544)	(255)	389	(1.410)
Móveis e Utensílios	(372)	(28)	289	(111)
Ágio na aquisição de investimentos	(26)	(11)	-	(37)
Software	(699)	(144)	544	(299)
Aparelhos de telefonia	-	(5)	-	(5)
Veículos	(2.010)	(410)	268	(2.152)
Estação de tratamento de água	(30.559)	(5.512)	1.874	(34.197)
Estação de tratamento de reuso	(22.863)	(4.539)	1.246	(26.156)
Total	<u>(63.402)</u>	<u>(12.408)</u>	<u>7.644</u>	<u>(68.166)</u>

Movimentação do custo de imobilizado e intangível (Consolidado):

Descrição	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
	(Não auditado)				(Não auditado)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	6.615	395	-	10	7.020
Ativo de direito de uso	6.036	766	-	-	6.802
Computadores e Periféricos	594	73	-	-	667
Máquinas e Equipamentos	2.356	84	-	-	2.440
Móveis e Utensílios	494	40	-	-	534
Software	906	27	-	-	933
Veículos	2.778	835	(706)	-	2.907
Máquinas e Equipamentos em Construção	13	-	-	-	13
Terrenos	20	-	-	-	20
Outros	-	113	-	-	113
Estação de tratamento em implantação Imobilizado em formação	26.516	13.588	(332)	(17.660)	22.112
Estação de tratamento em operação					
Estação de tratamento de água	39.601	-	-	11.335	50.936
Estação de tratamento de reuso	43.455	-	-	6.315	49.770
Total	129.384	15.921	(1.038)	-	144.267

Movimentação de Depreciação e Amortização (Consolidado):

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(2.545)	(624)	-	(3.169)
Ativo de direito de uso	(950)	(728)	-	(1.678)
Computadores e Periféricos	(408)	(74)	-	(482)
Máquinas e Equipamentos	(1.293)	(251)	-	(1.544)
Móveis e Utensílios	(348)	(24)	-	(372)
Outros intangíveis	-	(26)	-	(26)
Software	(549)	(150)	-	(699)
Veículos	(2.083)	(386)	458	(2.011)
Estação de tratamento de água	(25.762)	(4.796)	-	30.559)
Estação de tratamento de reuso	(17.555)	(5.307)	-	(22.862)
Total	(51.493)	(12.366)	458	(63.402)

8. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Fornecedores	184	47	2.539	1.534
Total	184	47	2.539	1.534

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL

As alterações nos passivos de arrendamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são as seguintes:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	680	5.045	5.725
Adições	133	979	1.112
Juros	(45)	(330)	(375)
Pagamentos	(117)	(860)	(977)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	651	4.834	5.485
Adições	119	1.349	1.468
Juros	(43)	(348)	(391)
Pagamentos	(128)	(1.034)	(1.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	599	4.801	5.400

Os vencimentos dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

Composição por vencimento	2022
2023	863
2024	884
2025	935
2026	1.005
2027 em diante	1.713
Total	5.400

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Vencimento	Encargos	Controladora		Consolidado	
			2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Instituição Financeira						
Banco Bradesco S.A.	23/11/22	0,51% a.m.	-	4.894	-	4.894
			-	4.894	-	4.894
Circulante				4.894		4.894
Não circulante				-		-

Em novembro de 2020 a Controladora, para elevar a robustez de seu caixa captou junto ao banco Bradesco S.A. um empréstimo (Cédula de Crédito Bancário – CCB) pelo FGI/PEAC (Fundo Garantidor de Investimento/Programa Emergencial de Acesso ao Crédito).

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Férias a pagar	1.618	1.294
INSS sobre folha de pagamento	410	334
FGTS a pagar	117	27
IRRF sobre folha de pagamento	129	89
Contribuição sindical a pagar	3	21
Total	2.277	1.765

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
IRPJ a recolher	4	-	2.027	1.613
CSLL a recolher	14	8	796	532
COFINS a recolher	-	-	260	207
IRPJ e CslI Diferido	4	8	740	364
PIS a recolher	-	-	56	45
PIS/COFINS/CSLL (Lei 10.833)	4	1	11	4
INSS retido de terceiros a recolher	3	2	9	10
ISS retido de terceiros a recolher	-	-	6	9
IR retido de terceiros a recolher	1	1	8	3
Total	30	20	3.913	2.787
Circulante	26	12	3.173	2.498
Não circulante	4	8	740	289

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são relativos às operações com partes relacionadas baseadas em contratos que não possuem prazo de vencimento estipulado.

	Controladora	
	2022	2021 (Não auditado)
GWS	-	15
GWBR	-	2.075
Total Ativo	-	2.090
GWS	(3)	-
APF	-	(3.500)
Total Passivo	(3)	(3.500)
Saldo de Partes relacionadas	(3)	(1.410)

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Trabalhista	34	122
	<u>34</u>	<u>122</u>

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a certas contingências e riscos.

A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados quando existentes, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base nas opiniões dos seus consultores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Os valores provisionados no consolidado referem-se as controladas GWA e GWS, as quais foram acionadas pela reivindicação de três ex-colaboradores em três processos independentes que exigem o recebimento de horas extras e adicional de insalubridade. A Companhia, junto aos seus advogados, analisou os processos e concluiu que há chance provável de perda. Os julgamentos ainda não foram totalmente concluídos.

Provisão de perda possível

A Sociedade não possui outras ações de natureza trabalhistas, tributárias ou cível envolvendo risco de perda classificado como possível, com base na avaliação de seus assessores legais em 31 de dezembro de 2022.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

O capital Social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 84.207 (oitenta e quatro milhões e duzentos e sete mil reais), o capital está dividido em 733.852 (setecentos e trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

15.2. Reserva de lucros

São formadas com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e estatutárias.

a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$1.708 (um milhão e setecentos e oito mil), passando a reserva legal de R\$6.463 (seis milhões e quatrocentos e sessenta e três mil) em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 8.171 (oito milhões e cento e setenta e um mil) em 31 de dezembro de 2022.

b) Reserva de retenção de lucros

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos

Os dividendos serão calculados de acordo com estatuto social que assegura aos acionistas dividendos de, no mínimo, 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e compensação de prejuízos.

Durante o exercício de 2022, a Companhia destinou o montante de R\$ 17.170 (dezesete milhões e cento e setenta mil) para dividendos da seguinte forma:

- i. Dividendos obrigatórios no total de R\$8.114 (oito milhões e cento e quatorze mil);
- ii. Dividendos intermediários no valor de R\$1.886 (um milhão e oitocentos e oitenta e seis mil); e
- iii. Dividendos de lucros acumulados no total de R\$ 7.170 (sete milhões e cento e setenta mil)

Adicionalmente, a Companhia realizou distribuição desproporcional aos cotistas minoritários das controladas no total de R\$ 3.178 (três milhões e cento e setenta e oito mil).

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Receita de serviços prestados	96.683	66.234
(-) Impostos sobre os serviços	(3.536)	(2.257)
(-) Descontos concedidos	-	(221)
Total	93.147	63.756

17. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Mao de obra direta	(13.769)	(11.209)
Depreciação e Amortização	(10.054)	(10.107)
Materiais e Serviços para a operação	(6.688)	(5.527)
Insumo e Produtos químicos	(3.905)	(2.198)
Outros custos	(2.295)	(1.578)
Total	(36.711)	(30.619)

18. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Depreciação e amortização	(17)	(28)	(2.354)	(2.260)
Pessoal	-	(34)	(4.747)	(4.106)
Serviços prestados por terceiros	(366)	(361)	(1.349)	(1.302)
Comerciais	(151)	-	(1.831)	(1.457)
Honorários advocatícios	(214)	(67)	(214)	(67)
Taxas e contribuições	(36)	(52)	(414)	(313)
Energia elétrica, Água, Telefone e Internet	-	(1)	(318)	(350)
Outros	(284)	(108)	(2.055)	(1.061)
Total	(1.068)	(651)	(13.282)	(10.916)
Comercial	(151)	-	(1.831)	(1.457)
Gerais e administrativas	(917)	(617)	(6.704)	(5.353)
Com pessoal	-	(34)	(4.747)	(4.106)
Total	(1.068)	(651)	(13.282)	(10.916)

19. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Outras receitas operacionais				
Venda de imobilizado	27	-	371	468
Indenização por rescisão de contrato (i)	-	-	5.895	2
Total	27	-	6.266	470

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Outras despesas operacionais				
Baixa de imobilizado (i)	-	(149)	(5.693)	(404)
Perdas e prejuízos	-	143	242	(282)
Outros	-	-	-	(88)
Total	-	(6)	(5.451)	(774)
Total	27	(6)	815	(304)

- (i) Ao decorrer do exercício de 2021 um cliente com contrato relevante junto a controlada GWBR comunicou a descontinuidade de suas atividades industriais no Brasil, situação que resultou em rescisão contratual antecipada ocorrida no mês de janeiro de 2022 e a baixa de imobilizado referente ao contrato.

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Aplicação financeira	519	164	3.354	1.181
Multa e juros	-	-	95	33
Variação Cambial	-	-	-	8
Descontos obtidos	-	-	2	18
Total de receitas financeiras	519	164	3.451	1.240
Tarifas bancárias	(2)	(4)	(23)	(29)
Juros	(143)	(326)	(722)	(932)
IOF	-	-	(23)	(5)
Total de despesas financeiras	(145)	(330)	(768)	(966)
Resultado financeiro líquido	374	(166)	2.683	274

21. TRIBUTOS SOBRE LUCRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
<u>Imposto de renda e contribuição social corrente</u>				
Recebimento de clientes	-	-	94.749	74.400
Lucro Presumido (32%)	-	-	30.320	23.808
Receita financeira	530	164	3.024	1.240
Outros resultados	27	(39)	324	(228)
Lucro tributável	<u>557</u>	<u>125</u>	<u>33.668</u>	<u>24.820</u>
IRPJ (25%)	(118)	(31)	(8.313)	(6.205)
CSLL (9%)	(50)	(11)	(3.036)	(2.234)
IRPJ e CSLL (Correntes)	<u>(168)</u>	<u>(42)</u>	<u>(11.349)</u>	<u>(8.439)</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social diferido</u>				
Diferença entre faturamento e recebimento	-	-	2.054	(6.080)
Lucro Presumido (32%)	-	-	657	(3.030)
Receita financeira – diferença caixa x competência	(11)	-	447	-
Lucro tributável	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>1.104</u>	<u>(3.030)</u>
IRPJ (25%)	3	-	(277)	757
CSLL (9%)	1	-	(99)	273
IRPJ e CSLL (Diferidos)	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(376)</u>	<u>1.030</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadros a seguir:

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021 (Não auditado)	2022	2021 (Não auditado)
Custo amortizado					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	220	1.802	8.727	11.614
Aplicação financeira	4	2.337	-	14.872	20.060
Contas a receber	5	-	-	13.033	10.764
Total		<u>2.557</u>	<u>1.802</u>	<u>36.632</u>	<u>42.438</u>
Custo amortizado					
Passivo financeiros					
Fornecedores	8	184	47	2.539	1.534
Arrendamento mercantil	9	-	-	5.400	5.485
Empréstimos e financiamentos	10	-	4.894	-	4.894
Total		<u>184</u>	<u>4.941</u>	<u>7.939</u>	<u>11.913</u>

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não possuíam nenhuma operação envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

c) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

d) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas podem incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber provenientes da prestação de serviços de tratamento de água e esgoto. Para reduzir esse risco, constantemente é realizada a análise de crédito dos clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito, conforme apresentado:

	Consolidado	
	2022	2021 (Não auditado)
Contas a receber	13.033	10.764
Ativos	13.033	10.764

A Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia e suas controladas estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia e suas controladas possam eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

f) Risco de Mercado

A Empresa está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais. Esses riscos compreendem principalmente possíveis mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

g) Risco de exposição às variações cambiais

A Empresa não mantém operações denominadas em moedas estrangeiras que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio das controladas diretas em caso de sinistro.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela diretoria em 22 de março de 2023.
